



PARECER JURÍDICO

Ao

Departamento de Licitações

Município de Sorriso – MT

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA Nº: 036/2022

MODALIDADE: DISPENSA NOS TERMOS DO ART. 24, V DA LEI 8.666/93

INTERESSADA: *Secretaria Municipal de Transportes; Secretaria Municipal e Obras e Serviços Públicos;*

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, encaminhada a esta Assessoria Jurídica, nos termos do art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, na qual requer análise jurídica da legalidade do **Processo Administrativo de Dispensa** supracitado, para **DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS 15W40 E 10W40 - ITENS FRACASSADOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2022**.

Ainda, é importante destacar que junto ao pedido de parecer, foi encaminhado pedido para a contratação do serviço, Termo de Referência e documentação demonstrando a necessidade de contratação do serviço cotações de mercado, parecer contábil e documentação para formalização do CRC da empresa a ser contratada.

É preciso destacar que os valores informados nos orçamentos realizados pela secretaria, são de sua inteira responsabilidade, devendo sempre seguir as regras de balizamentos previstos no **Decreto Municipal nº 371/2020**, não competindo a esta assessoria, avaliar a procedência e regularidade dos valores apresentados pelas empresas que realizaram as cotações.

É o que há de mais relevante para relatar.

RELATÓRIO

A Constituição Federal de 1988, com o fito de promover princípios administrativos como os da igualdade, impessoalidade, publicidade e moralidade, previu a licitação com regra geral para contratar com o Poder Público, seja obras, serviços, compras e alienações.

Nesse sentido, o seu art. 37, inciso XXI, *in verbis*:

Art. 37. *A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*
(omissis)



XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Por ser exceção, o afastamento do dever de licitar deve ser acolhido pela administração pública apenas em casos excepcionais e que tenham respaldo legal, sob pena de desvirtuamento do mandamento constitucional.

Dentre os casos excepcionados da legislação, estão aqueles nos quais a formalização de processos mais complexos torna-se inviável do ponto de vista prático e da economicidade, são os processos tidos como dispensáveis.

No caso em comento, **almeja-se a aquisição de óleos veiculares**, conforme solicitação e Termo de Referência anexo ao processo, **não competindo a esta assessoria jurídica avaliar condição de vantagem econômica e critérios de urgência e necessidade apresentados pela contratante.**

Verifica-se que foi expressamente consignado no Termo de Referência que: *“Nesse cenário, tendo em vista os fatos que inviabilizam a realização de novo processo licitatório em tempo hábil, a Lei 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, autoriza a contratação através de dispensa de licitação, se esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, e, desde que mantidas, na contratação direta, todas as condições preestabelecidas, conforme a inteligência do artigo 24, inciso V. Dessa forma, diante a necessidade de observância aos requisitos estabelecidos no dispositivo legal citado, torna-se imperioso ressaltar a necessidade na aquisição dos itens, uma vez que, os óleos são indispensáveis para efetuar as manutenções básicas da oficina municipal.”.*

Pois bem, a Administração Pública tentou licitar o objeto da dispensa de licitação, tendo a primeira tentativa restado deserta, conforme registro no Termo de Referência

Nota-se, portanto, que a hipótese se amolda perfeitamente a autorização contida no **art. 24, V da Lei 8666/93, in verbis:**

Art. 24. É dispensável a licitação:

V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

Ademais, a presente contratação também atende o limite estabelecido no art. 24, II da Lei 8.666/93, que estabelece:



Art. 24. É dispensável a licitação:

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Nesse passo, importante destacar que nos termos da legislação federal o teto legal seria de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), porém, é preciso pontuar que por força do Decreto Federal (Decreto nº 9.412/2018 de 18 de junho de 2018), houve a atualização dos valores da Lei Geral de Licitações, tendo o presente caso, um teto de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

Diante do reajuste promovido pelo decreto federal, o valor teto, para formalização do presente processo, foi atualizado, ou seja, analisando do ponto de vista estritamente jurídico e considerando a necessidade de adquirir o produto, **vislumbra-se a possibilidade para formalização de processo de dispensa.**

Diante de tais fatos, e analisando do ponto de vista estritamente jurídico e considerando a necessidade de adquirir o produto, **vislumbra-se a possibilidade para formalização de processo de dispensa.**

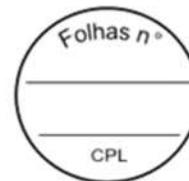
No entanto, é preciso que, o gestor público, quando da escolha e da evidente necessidade de contratação, tome os cuidados necessários, para que referida contratação não exceda o valor de mercado (dentro da razoabilidade) e que sejam respeitados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (**Art. 37 CF/88**).

Nesse rumo, reforça-se as orientações apresentadas pela Administração Municipal quando do encaminhamento do Ofício SMA nº 191/2020 de 27/05/2020, onde foram feitos apontamentos para os cuidados com a abertura de processo de dispensa de licitação, lembrando que, tal trâmite deve ser aplicado somente como exceção e não como regra quando o assunto são compras públicas.

Diante do exposto, primeiramente, cumpre apenas reiterar que não cabe a assessoria jurídica avaliar critérios de vantagem e conveniência na aquisição, pois, trata-se de prerrogativas exclusivas da gestão pública, dessa forma, desde que o entendimento o interesse público e as demais orientações técnicas apresentadas, entendo que a contratação poderá ser efetivada, de forma direta, tendo em vista que, a referida contratação enquadra-se nas hipóteses de dispensa de licitação, definida no **inciso V do artigo 24 da Lei 8.666/93**.

Por fim, a Certidão Negativa de Débitos Federais se encontra vencida desde o dia 29/05/2022, a qual está sendo aceita pelo fato de que durante o processo de contratação, a mesma ainda estava vigente, porém, para fins de pagamento do objeto do contrato, a contratada deverá manter seu cadastro no CRC municipal atualizado, com a manutenção de todos os documentos atualizados.

O presente parecer é prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa assessoria jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pelos gestores públicos.



É o parecer, salvo melhor juízo.

Sorriso-MT, 2 de junho de 2022.

ÉSLEN PARRON MENDES
OAB/MT 17.909
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO